



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA DE UNIÃO

Projeto de Lei 011/2023, de 9 de março de 2023.

Institui a “Gratificação de Incentivo ao Mérito” no âmbito das Escolas de Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal de Ensino de União (PI).

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO, ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Câmara Municipal de União aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a “Gratificação de Incentivo ao Mérito”, no âmbito Escolas de Ensino Regular da Rede Pública Municipal de Ensino de União.

Parágrafo único - Para efeito desta Lei, todas as Escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal de União estarão inscritas automaticamente na “Gratificação de Incentivo ao Mérito”, com exceção daquelas que não apresentarem nota no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Art. 2º A “Gratificação de Incentivo ao Mérito” consiste na premiação pecuniária aos Professores (efetivos e temporários), Diretores e Coordenadores Pedagógicos, pelos esforços despendidos para a melhoria da qualidade do ensino das escolas municipais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

§ 1º Tem por finalidade motivar todos os profissionais do magistério para a melhoria da prática docente e elevação do desempenho acadêmico dos alunos.

§ 2º Para efeito desta Lei, são considerados profissionais do magistério: diretor, professores do quadro efetivo e em exercício da docência e coordenadores pedagógicos.

Art. 3º O Processo de Alfabetização do II Período da Educação Infantil; do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental será aferido pela Nota Escolar de Alfabetização – NEA, calculado e divulgado periodicamente pela SEMED, a partir dos dados das avaliações de rede (leitura e escrita) e do fluxo escolar.

Parágrafo único A Nota Escolar de Alfabetização – NEA será utilizado para fins de premiação, conforme critérios definidos em regulamentação para execução do que trata esta lei.

Art. 4º A "Gratificação de Incentivo ao Mérito" de que trata esta Lei, concede aos profissionais do magistério lotados nas Unidades de Ensino Gratificação em dinheiro, implantado em contra-cheque, a partir dos resultados da NEA e IDEB, conforme critérios definidos em regulamentação específica.

§ 1º Serão contemplados somente os profissionais do magistério que tenham o mínimo de 6 (seis) meses de efetivo exercício e cumulativamente ter participado diretamente de, pelo menos, 90% da carga horária letiva do ano de aplicação da avaliação externa.

§ 2º Os profissionais do magistério que durante o período letivo forem removidos, farão jus ao Gratificação da unidade de ensino em que ele esteve lotado em período igual ou superior a 06 (seis) meses, durante o ano de aplicação da avaliação externa.

Art. 5º A Gratificação de que trata o art. 4º, desta Lei será estabelecido da seguinte maneira:

I - A Gratificação referente ao NEA e IDEB será até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para o profissional com carga horária de 40 horas semanais; e até R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) para o profissional com carga horária de 20 horas semanais, de acordo com a categoria de premiação da Unidade Escolar, distribuídos em 12 (doze) parcelas, com o pagamento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias a contar da divulgação da relação das Unidades de Ensino contempladas, publicada pela SEMED.

II – Para os diretores e coordenadores lotados nas Unidades de Ensino que possua NEA e IDEB, o valor da Gratificação será calculado de acordo com a média dos percentuais referentes às categorias alcançadas em cada uma das avaliações que a Unidade de Ensino participa. O valor da Gratificação será recalculado a cada divulgação do resultado do IDEA e do IDEB.

Art. 6º Todos os profissionais referidos no parágrafo único, do art. 2º, desta Lei, poderão recorrer do resultado da premiação, de que trata esta Lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de divulgação da relação das Unidades de Ensino contempladas, publicada pela SEMED.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários do Tesouro Municipal de União, destinado à Educação, na forma da legislação específica em vigência.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação.



Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de União (PI), em 9 de março de 2023.


GUSTAVO CONDE MEDEIROS
Prefeito Municipal